

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

Thiago Acácio Raposo*
Rafael Nóbrega Araújo*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir as produções historiográficas sobre a Paraíba colonial e parte do período imperial, problematizando as posturas e proposituras do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e de outros grupos que se dedicaram a escrever a história deste Estado. Tomamos aqui por base as discussões suscitadas por Margarida Maria Santos Dias, nos quatro primeiros capítulos de seu livro *Intrepida Ab Origine*, de 1996. O Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba objetivou por construir a história deste estado atrelado a um projeto para a construção de uma identidade local distinta do restante do país, a assim chamada: *paraibaneidade*. Ao longo do trabalho analisamos algumas produções que tratam da história da Paraíba e que desconstróem algumas visões construídas pelo IHGP, no sentido de repensar e refletir acerca dos processos históricos formadores do Estado da Paraíba.

Palavras-chave: Paraibaneidade; IHGP; História local.

Apresentação

Durante muito tempo se acreditou na possibilidade da construção de uma História que trouxesse a verdade factual consigo. Essa verdade histórica seria possível a partir do contato que o intelectual teria com documentos oficiais. Hoje, sabe-se bem que é impossível a escritura da história essencialmente verdadeira e objetiva, pois, se a verdade histórica um dia existiu, essa morreu com o passado. Além disso, a subjetividade humana está presente em

* Thiago Acácio Raposo: Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Orientação de Patrícia Cristina de Aragão Araújo. E-mail: thiagoraposo20@gmail.com.

* Rafael Nóbrega Araújo: Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pesquisador-bolsista do Projeto de Iniciação Científica "Saberes históricos, currículo e memória: ensino de história e identidade no contexto da diversidade religiosa".

todos os momentos. A narrativa histórica traz consigo, em um movimento presente/passado, uma das tantas versões sobre o fato histórico. É possível ao historiador contar apenas aquilo que os mortos o permitem dizer, pois, aquilo que alguns não querem que seja lembrado ou que não tem mais como ser, tende sempre a ser silenciado ou esquecido.

Tomando como base as discussões levantadas nos quatro primeiros capítulos do livro *Intrepida ab origine*, da historiadora Margarida Maria Santos Dias (1996), o presente texto tem como finalidade discutir algumas produções historiográficas sobre a Paraíba colonial e parte do período imperial, analisando as posturas do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e a de outros grupos de intelectuais que se propuseram a escrever a história desse Estado¹.

Para entendermos o processo de fundação e produção do IHGP é necessário recuarmos um pouco no tempo. No ano de 1838 é fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tendo como principal objetivo a construção de uma história do Brasil. Nesse momento, o país se encontrava sob o governo de Dom Pedro II, que via na história um meio para a legitimação de seu governo. O IHGB pretendia evidenciar a continuidade da “civilização” portuguesa no Brasil, negando qualquer ruptura entre o Brasil e Portugal no processo de independência deste primeiro. Este Instituto propôs a elaboração de uma identidade nacional que se caracterizava pela homogeneidade. O maior representante da produção do IHGB foi Francisco Adolfo Varnhagen, como nos apresenta José Carlos Reis (2000).

Em 1889, com a Proclamação da República, surge um maior incentivo à fundação de Institutos locais que seriam responsáveis pela elaboração de suas histórias regionais e que, a partir das diferenças encontradas, legitimassem a unidade da Federação e o governo republicano. Dentro desse contexto de legitimação de uma nova forma de governo, em 1905 é fundado o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

1 Na Paraíba, o principal grupo de intelectuais, que vai propor uma escrita da história paraibana distanciada das produções do IHGP, é o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), órgão ligado à reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a partir da década de 1970.

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

A fundação desse Instituto representaria o marco do “nascimento” da história da Paraíba – escrita pelos próprios paraibanos –, em que se propunha a construção de uma história que engrandecesse esse estado e o seu povo. Recém-fundado, era composto pela elite paraibana que havia se formado no Liceu Paraibano e/ou na Faculdade de Direito de Recife.

Desde o primeiro dia, o IHGP esteve intimamente ligado ao Estado, tendo como tarefa a legitimação do regime vigente, através da elaboração de heróis e mártires paraibanos e assim construindo uma identidade local. Havia uma consciência das elites paraibanas sobre a importância de se elaborar e “contar” uma história da Paraíba e, para isso, era necessária a catalogação dos vestígios que servissem para glorificar o passado desta terra, movimento que propunha o mapeamento dos “fatos que mereciam ser lembrados”.

O principal objetivo do Instituto Paraibano, de acordo com Dias (1996), era a construção de uma “paraibaneidade”, ou seja, a construção de uma identidade local distinta do restante do país. Sob essa ótica, foram construídas algumas visões que transformavam o povo paraibano em único, pois estes eram: pacíficos, civilizados, patriotas, valentes, independentes de Pernambuco e republicanos (“modernos”).

Segundo o IHGP, a capitania nascera a partir de um acordo de paz firmado entre os portugueses e a parte “boa” dos indígenas². Esse acordo é considerado o marco fundador da capitania da Paraíba e é considerado desvinculado de qualquer participação das capitanias de Pernambuco e Itamaracá. A Capitania da Paraíba se destacaria de todas as outras porque surgira a partir de uma cidade³ e não de agrupamentos desorganizados e “incivilizados” como as outras. A Paraíba já nascera da civilização. É caracterizada pela bravura paraibana frente à dominação holandesa. Elenca-se uma série de heróis paraibanos “responsáveis” pela expulsão dos invasores, destacando-se a diferenciação entre as posturas da Paraíba e de

2 Referência ao acordo de paz firmado entre os portugueses e os índios Tabajaras em 1585.

3 Referência à cidade de Nossa Senhora das Neves (primeiro nome atribuído à atual capital paraibana).

Pernambuco, tendo esta última sido aliada aos “invasores” enquanto a primeira ficou à resistência.

Quando se refere a interiorização do território paraibano, o IHGP o aborda de forma bastante genérica, evidenciando uma clara preferência pelas regiões litorâneas, mais “modernas” e “civilizadas”, em contrapartida aos sertões que eram “rústicos” e “atrasados”.

Outro período bastante complicado para o Instituto é aquele que se refere ao período em que a Paraíba ficou subordinada à tutela pernambucana (1755-1799). Essa situação foi provocada pela crise econômica gerada após a expulsão dos holandeses das terras pernambucanas e paraibanas. Havendo sempre a preocupação de acusar a capitania pernambucana de ser a responsável pelo empobrecimento da Paraíba.

Outra condicionante da escrita do Instituto é o de colocar a Paraíba como uma província que estava fadada à república, lembrando constantemente o posicionamento desta na Revolução de 1817 e pela relativização da participação em movimentos separatistas. Dessa forma, “a proclamação da República é retratada como a consumação desse caminho traçado pela Paraíba” (DIAS, 1996, p. 60). A fundação do IHGP propõe a defesa da república e a exposição do papel desempenhado pela Paraíba no movimento republicano.

Tomando por base tudo o que já foi abordado até então, partamos para uma análise sobre algumas produções que tratam da história da Paraíba e que desconstróem algumas das proposituras elencadas pelo IHGP. O “republicanismo paraibano” será o único elemento que não será analisado aqui, devido ao nosso recorte temporal que se restringirá ao período Imperial. Entretanto, devemos estar sempre atentos para a influência política na construção do saber histórico e identitário produzido pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, tendo em vista que este foi pensado como meio de legitimação para o regime vigente. Será desenvolvida uma análise a partir dos seguintes pontos: (1) *“Invenção” do poder, elite política local e a escrita oficial sobre os nativos*; (2) *A cidade como diferencial na construção da identidade*

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

local; (3) *Defesa da terra, relações de alteridade e construção de heróis locais*; (4) *A interiorização: o sertão como exceção*; (5) *A desconstrução do discurso da pobreza e da dependência*.

1. “Invenção” do poder, elite política local e a escrita oficial sobre os nativos

As produções historiográficas do IHGP insistem, conforme apresentado anteriormente, em entender que a conquista da Paraíba se deu de forma pacífica, nascida de um acordo de paz entre os portugueses e os índios Tabajaras, e alheia a qualquer participação pernambucana. Entretanto, novos olhares são lançados por historiadores que não estão vinculados a esta Instituição, como é o caso da professora Regina Célia Gonçalves⁴ (2007) no capítulo *Guerra e açúcar: a formação da elite política na capitania da paraíba (séculos XVI e XVII)*, presente no livro *Novos Olhares Sobre as Capitânicas do Norte do Estado do Brasil*, publicado pela editora da UFPB. Gonçalves (2007) faz um movimento para entender como se deu o processo de formação da elite da Capitania da Paraíba e, para isso, precisa recuar para um período anterior à fundação desta.

A Capitania paraibana faz referência às terras brasileiras que mais resistiram à dominação lusa, entretanto, aos poucos, os colonos avançavam sobre seu território. A situação começa a se deteriorar a partir de 1574 com a destruição do Engenho Tracunhaém pelos índios Potiguaras. Essa movimentação indígena provocou uma onda de terror entre os colonos das capitanias vizinhas – Pernambuco e Itamaracá. Em resposta ao ataque indígena, o governo português iniciou uma série de tentativas de “reconquista” do território. O governo percebia a necessidade de conter o levante indígena, impedindo qualquer tentativa de

4 No momento da produção do texto, a historiadora estava alheia a esse grupo, entretanto, desde 2009, ela ocupa a cadeira n. 10 do IHGP, não deixando, todavia, de fazer críticas à posição historiográfica hegemônica no interior do Instituto.

dominação francesa⁵ de explorar o pau-brasil⁶ da região e de se introduzir o cultivo da cana-de-açúcar⁷.

Entre 1574 e 1579 foram enviadas três expedições para conquistar a Paraíba, entretanto todas fracassaram frente a força potiguar ou por falta de planejamento. O ano de 1580 é marcado por despesas elevadas e pela crise na sucessão real portuguesa. O rei estava morto e não havia um herdeiro direto para sucedê-lo, o parente mais próximo era o rei espanhol Filipe II. A coroa portuguesa fica sob o poder da dinastia de Habsburgo, cuja principal possessão era a Coroa de Espanha, iniciando-se o período conhecido por União Ibérica e que se estenderia até 1640.

Novas expedições só foram enviadas em 1582 e estas também fracassaram. Em 1584, a quinta (e última) expedição é enviada, chegando a fundar o Forte São Filipe no mesmo ano.

As ordens eram para que os lugares-tenentes dos donatários de Pernambuco e Itamaracá fornecessem os homens e as armas necessárias para formar uma força terrestre poderosa o suficiente para que os Potiguara e os franceses fossem derrotados no rio Paraíba e para que, ali, fosse erguido um forte que garantisse o início do povoamento branco (GONÇALVES, 2007, p. 33).

As presenças portuguesa e espanhola – vale ressaltar a presença deste último que é tantas vezes esquecida intencionalmente pela historiografia brasileira e, nesse caso, pela paraibana – no território paraibano, ainda sob a dominação indígena, são marcadas pela resistência do nativo e pelas disputas internas entre os dois grupos de colonos (lusos e hispânicos).

O ano de 1585 é marcado pelo acordo de paz acertado entre os portugueses e os índios Tabajaras⁸. Esse acordo significou uma mudança nos rumos da guerra de conquista. Segundo

5 Tendo em vista a aliança formada entre os índios potiguaras e os franceses.

6 Considerado como um dos de melhor qualidade.

7 A introdução dessa cultura tinha como finalidade o incentivo à colonização daquelas regiões, bastante férteis para esse produto, e ao fato da supervalorização do açúcar nos mercados europeus.

8 Índios rivais dos Potiguara.

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

relata-se, o acordo de paz foi firmado no dia 5 de agosto, dia de Nossa Senhora das Neves, data que marcaria a fundação da Capitania Real⁹ da Paraíba. A paz firmada em 85 estava restrita ao papel, pois na prática, a resistência Potiguara continuaria até pelo menos 1599. Torna-se visível que a conquista desse território não se deu de forma pacífica. O sangue do índio e do colono manchou o solo paraibano.

A conquista do território foi importante para a colonização, porque acabou com, de acordo com o Sumário das Armadas¹⁰,

as guerras do Parahiba com o seu dono e praza a Deus daqui em diante suceda assim o mais assim ao conquistador como ao Parahiba que já hoje tem sincoenta moradores casados Potiguares e outros tantos solteiros postos todos lá a custa de Martim Leitão como também o forão os fortes que fez porque em tudo isto se não gastou hum rial da fazenda de sua Magestade como claramente se pode ver e consta dos livros d'Alfandega de Pernambuco segundo lhe ouvi muitas vezes dizer, e o sei, pelo que podemos sem falta afirmar que Martim Leitão deixou a Capitania do Parahiba conquistada com fortaleza e goarnição e acompanhada e povoada de tanto numero de gentio como para ella desceu que o Ouvidor Geral souve grangear e adquirir e conservar com o que fica com mais gentio, e assim mais segura que todas as Capitánias do Brasil [...] (SUMÁRIO DAS ARMADAS...).

Como já fora citado anteriormente, cabia a Pernambuco e a Itamaracá a concessão de homens e armamentos para a conquista da Paraíba e isso não era feito sem interesses. Os primeiros povoadores que vieram das capitanias vizinhas provinham de diversas camadas sociais. As novas terras se apresentavam como uma oportunidade de enriquecimento para aqueles que não o obtiveram em Itamaracá ou em Pernambuco. Após o estabelecimento desses homens na terra, percebe-se o surgimento de uma “Nobreza da Terra”, desvinculada de qualquer nobreza europeia.

Após a conquista, muitos dos que participaram dela se dirigiram à Coroa para pedir mercês ou outras formas de reconhecimento. Para receber mercês era necessário: “uma bem-

9 Já nascendo sob a tutela direta da coroa.

10 Chamado por muitos de “a certidão de nascimento” da Paraíba, este texto é o primeiro registro mais consistente de fatos ocorridos em terras paraibanas.

sucedida e extensa folha de serviços prestados ao rei e bons vínculos ou relações com as pessoas certas, no momento certo” (GONÇALVES, 2007, p. 47).

As elites pernambucanas estiveram, desde cedo, presentes dentro da capitania da Paraíba. Segundo Regina Gonçalves:

Pelo menos nos primeiros anos da ocupação da várzea do rio Paraíba, as mesmas famílias que detinham o poder político e econômico nas capitanias de Itamaracá e Pernambuco, passaram a detê-lo na nova capitania, a despeito de a mesma ter sido criada como capitania real. [...] no caso específico da Paraíba, governadores, senhores de engenho, proprietários dos principais ofícios, em sua grande maioria, estavam ligados, direta ou indiretamente, aos três principais troncos familiares de Pernambuco, notadamente os Albuquerque, mas também os Cavalcanti e os Hollanda (GONÇALVES, 2007, p. 52 e 53).

Nesse sentido, as teses levantadas pelo IHGP, nas quais a Paraíba nasce desvinculada da capitania pernambucana, tornam-se por demais infundadas. A “nobreza da terra” que se instala nas terras da capitania real está intimamente ligada às elites pernambucanas. Esse equilíbrio entre as elites locais só foi desmantelado durante o período de dominação holandesa, que será tratado mais à frente. Iniciemos, agora, uma análise sobre a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves.

2. A cidade como diferencial na construção da identidade local

O “acordo de paz” selado entre o português Martim Leitão e o índio Piragibe, em 1585, resultou em uma mudança nos rumos da guerra contra o povo Potiguara. Nesse mesmo ano é fundada a primeira cidade da capitania, trata-se de Nossa Senhora das Neves. Esse status de cidade foi utilizada pelo IHGP para diferenciar a Capitania Real da Parahyba das demais, pois já nascera sob esse pressuposto.

No decorrer de sua história, essa primeira cidade paraibana mudou de nome várias vezes: Nossa Senhora das Neves (1585), Filipéia¹¹ de Nossa Senhora das Neves (1589),

11 Nome dado em homenagem ao rei Filipe II, como era chamado na Espanha, ou Filipe I, como era chamado em Portugal.

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

Parahyba (1599), Frederica (1634), Parahyba do Norte (1654) e João Pessoa (1930). A sua fundação com o status de “cidade” deu-se pelo fato de estar localizada em uma Capitania Real. Ao contrário do que muitos autores do IHGP elencam, a principal influência para a construção da cidade veio dos hispânicos e não dos lusitanos. É característico da colonização hispânica a preocupação com a instalação e construção das cidades. Verificava-se tudo, desde a salubridade do terreno, à segurança e defensibilidade. A preocupação de Martim Leitão com a escolha do local definitivo da sede da capitania não era, como pode parecer, um cuidado pessoal: havia toda uma estrutura burocrática-normativa por trás de seus atos (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

Os recursos naturais contribuíram para o estabelecimento no local escolhido: havia disponibilidade de pedra e calcário na região. Após a construção das fortificações, iniciou-se o processo de construção de casas, prédios públicos e da igreja Matriz. Logo em seguida, iniciam as obras das igrejas e conventos beneditinos, jesuítas, franciscanos e carmelitas. Apesar de todo o avanço colonizador, a resistência indígena atormentou os colonos até, pelo menos, 1599 quando se estabelece um acordo de paz com os índios Potiguaras.

Pouco mais de 50 anos haviam se passado e a cidade de Parahyba já contava com seis templos, distribuídos em seis ruas. Ao olharmos para a planta da cidade desse período, constataremos que as localizações das igrejas formam o exato desenho de uma cruz. Pode-se construir o entendimento de que tal conformação “urbana” seria uma demonstração velada da importância dos serviços das ordens católicas para a ocupação das terras ao longo do Rio Paraíba (OLIVEIRA, 2003, p. 43). Parece-nos até que a cidade não poderia existir se não houvesse igrejas.

Com o passar dos anos a cidade inicia um processo de expansão, gerada pelo desenvolvimento da agromanufatura do açúcar no litoral, pelo estabelecimento da pecuária no interior, pela consolidação da ocupação e pela necessidade de expansão da fé católica. O modelo de família patriarcal regia a organização social, tendo na figura do Senhor de Engenho o seu representante central.

Entre os anos de 1634 e 1654, a sede da capitania fica sob o domínio holandês, quando passa a se chamar Frederica, posteriormente chamada de Paraíba do Norte, nomenclatura que perdura até 1930, quando passa a se chamar João Pessoa. As estratégias utilizadas para a expulsão desse “estrangeiro” geraram uma grave crise econômica, culminando com a subordinação da Paraíba a Pernambuco (1756-1799). No próximo tópico analisaremos o processo de dominação holandesa na Paraíba e a construção dos heróis locais.

3. Defesa da terra, relações de alteridade e construção de heróis locais

O IHGP teve como objetivo principal a construção de uma história que engrandecesse a Paraíba e o seu povo. Nesse sentido, era necessário a exposição de “heróis” que representassem a coragem e a bondade de sua população. Como nos apresenta José Murilo de Carvalho (2004), em seu livro *A Formação das Almas*, após a Proclamação da República, viu-se que era necessário a construção de uma história que legitimasse esse regime e para isso era imprescindível a invenção de heróis nacionais, com o intuito de forjar uma identidade nacional. Vale lembrar que o Instituto paraibano é fundado em meio a um período caracterizado pela consolidação da república e, nesse sentido, ele não ficará de fora desse processo de construção de heróis.

A construção da “identidade paraibana” pelo IHGP é caracterizada pelo caráter pacífico, bravo e republicano de seu povo. É no movimento contra a dominação holandesa (1634-1654) que surgem os primeiros heróis paraibanos. Nessa luta, destaca-se André Vidal de Negreiros, o “maior herói paraibano”. Segundo Luiz Pinto (SILVA, 2006, p. 160), Vidal de Negreiros possuía todas as características que um herói precisa ter: cristão, destemido e, acima de tudo, patriótico. Segundo o mesmo autor, o movimento contra a dominação holandesa se configura como uma guerra religiosa e patriótica, em que, para expulsar o povo invasor, foi necessária uma união entre as três raças – a branca, a negra e a indígena – que constituem o povo brasileiro (tese formulada pelo IHGB, especialmente por Varnhagen).

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

Segundo as narrativas do IHGP, Vidal era um herói destemido e devotado à sua terra e religião e que se destacava nas batalhas contra o “invasor”. André Vidal, que logo se fez destro e valente soldado, não só lutou durante toda a fase da expulsão dos flamengos da Bahia como perseguiu a esquadra holandesa fugitiva até deixá-la fora do seu Estado Natal (PINTO, Luiz. **Vidal de Negreiros: afirmação e grandeza de uma raça**. Rio de Janeiro: Alba, 1960 *apud* SILVA, 2006, p. 162).

No momento em que se dão as primeiras derrotas brasileiras e portuguesas contra o invasor holandês, nosso “herói” – sempre ele – desenvolve táticas de guerrilha para combater e expulsar os inimigos. Graças às estratégias de Vidal, o movimento de restauração adquire a vitória no Maranhão e, como recompensa e reconhecimento, ele é nomeado governador dessa Capitania. Devido a todos os seus feitos, o “ilustre paraibano” se revelou como uma peça central na Guerra de Restauração, chegando a “enganar” o próprio Maurício de Nassau.

Nesse mesmo período, chegava ao fim a União Ibérica e um novo rei português subia ao trono. Entretanto, o país europeu estava mergulhado em graves crises econômicas e para isso era importante pôr fim aos conflitos em suas terras no outro lado do Atlântico. Graças a essa situação, foi proposto um acordo de paz entre as nações europeias envolvidas no conflito. Mas, isso não agradou ao “maior paraibano”, que chegou a mandar uma carta ao rei evidenciando sua insatisfação. André Vidal de Negreiros, homem “destemido” que chegara a participar das duas Batalhas dos Guararapes, não podia aceitar o “humilhante acordo”.

A resistência à dominação holandesa continuou, encabeçada por uma tetrarquia composta por: João Fernandes Vieira (português), André Vidal de Negreiros (mazongo), Henrique Dias (negro) e Diogo Camarão (índio). Ao dispor da tática de guerrilhas e da destruição dos engenhos, os “heróis” acabaram por conseguir a expulsão dos “invasores”. Entretanto, levaram Portugal a assinar um novo acordo em 1661, pagando uma indenização aos holandeses. Vidal não teria concordado, mas nada pode fazer quanto a isso.

André Vidal de Negreiros, natural na Capitania da Paraíba e filho de portugueses, foi, na visão do IHGP, o maior herói já nascido nessas terras. Ele seria o exemplo mais claro de um ideal de homem paraibano e, por isso, foi utilizado na construção de uma identidade que estava calcada no *pacifismo* (do acordo selado entre o português e o índio), na *bravura* (de Vidal) e no *Republicanismo* (pelas participações desse estado em movimentos de caráter republicano em meio ao Império).

4. A interiorização: o sertão como exceção

Devido às táticas utilizadas para a expulsão dos holandeses – destruição dos engenhos – e a concorrência estabelecida nas Antilhas por esses povos derrotados, a América portuguesa entra em um período de crise econômica. Esse momento difícil da colônia, sobretudo da Capitania da Paraíba, levou a sua população a iniciar um movimento de interiorização, buscando condições de vida melhores que as obtidas no litoral.

A interiorização dos sertões foi abordada de forma bastante genérica pelo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Entretanto, trabalhos mais recentes, a exemplo da dissertação de Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes (2006), têm demonstrado a importância deste “adentramento” dos territórios para a expansão da colonização e para a dominação sobre a população indígena.

Oficialmente, data-se o ano de 1654 como o marco inicial da efetiva colonização do sertão. Entretanto, as primeiras Entradas¹² nessas regiões foram efetuadas pelos holandeses anos antes, ainda durante o período em que dominavam parte do território nordestino. Os holandeses estavam em busca de metais preciosos, mas não os encontraram.

Os homens que adentravam os sertões normalmente tinham três objetivos: a caça ao índio, a busca por metais preciosos e o sertanismo de contrato. A conquista do sertão foi

12 Existe certa confusão sobre esse termo, entretanto, sabe-se que as Entradas faziam referência às expedições oficiais a comando do governo e as Bandeiras às expedições particulares. Apesar dessa diferenciação, em muitos momentos as duas se confundiam e até conviviam de forma harmoniosa.

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

motivada pelo desejo de expansão territorial e pela necessidade de “domesticar” e formar alianças com os indígenas, visando objetivos militares.

Por volta de 1664, chegavam às áreas “virgens” os sertanistas da Casa da Torre. Relata-se que eles foram os primeiros a desbravar tal território. A Família Oliveira Ledo, cujos membros eram prepostos da Casa da Torre, também estava presente na ocupação inicial dessas regiões.

Devido ao alto índice de pedidos de sesmarias e à necessidade de arrecadar fundos, o governo português cria, em 1695, o Foro Sesmerial, limitando a dimensão das sesmarias. Entretanto, essas leis eram por vezes burladas para beneficiar algumas pessoas, prestigiadas por laços de parentesco ou compadrio com homens influentes. Existem vários registros sobre a concessão de sesmarias. De modo geral eram utilizadas como forma de pagamentos aos militares, doadas a padres seculares ou a ordens religiosas, a mulheres e a tantos outros. Qualquer um poderia ser um sesmeiro desde que fosse livre e pudesse produzir na terra recebida. Muitos faziam pedidos de sesmarias, individual o coletivamente, visando pôr fim a sua condição de arrendatário. Outros ocupavam o território desejado para depois efetuar o pedido.

Em uma região onde a principal riqueza era a água, se deu um povoamento de ribeira. Os rios eram tão importantes que serviam como principal meio de orientação no espaço geográfico, utilizando-se dos topônimos indígenas.

A expansão da conquista colonial nos sertões foi marcada por muitas alianças e pela resistência indígena, sendo o auge desse conflito a “Guerra dos Bárbaros”, na qual diversos agrupamentos indígenas teriam se unido contra a dominação lusa. Não existem provas que comprovem alguma aliança entre grupos indígenas, o que existe de fato, são documentos que comprovam a aliança destes com os colonos. Segundo Guedes,

A conquista colonial do sertão colocou em situação de contato os colonizadores e os índios do sertão. Os primeiros tinham por objetivos principais: ocupar as terras indígenas para sua efetiva colonização, em alguns

casos proceder a preação e venda dos índios insurgentes como escravos ou ainda viabilizar o estabelecimento de aldeamentos missionários. Alguns grupos indígenas por sua vez reagiram a este avanço na forma de guerras ou mesmo fugas, fazendo da região a mais belicosa do Brasil colonial à época (GUEDES, 2006, p. 123).

Através das alianças promovidas com os indígenas, os colonizadores adquiriram conhecimentos sobre o clima, relevo, vegetação, rios e as rivalidades indígenas. O colono absorvia algumas das práticas indígenas, por exemplo do uso das trilhas nativas. Por outro lado, os indígenas também reelaboravam suas identidades, absorvendo valores e as formas de pensar do colono. Temos como exemplo mais claro os pedidos e as concessões de sesmarias indígenas.

O colono agia de duas formas no trato ao índio: elaboravam-se aldeamentos daqueles que cooperavam e o cativeiro dos “rebeldes”. A preação do índio revelou-se um negócio rentável, levando muitos a forjarem a situação de “Guerra Justa”. Já os aldeamentos funcionavam como uma via de inserção do índio no novo espaço permitindo a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, oferecendo um contingente militar ao “homem branco”.

Do ponto de vista dos colonizadores, ter aliados índios no sertão foi a um só tempo uma maneira de dispor de mão de obra e de também contar com um braço armado importante para a manutenção da ordem interna e para a proteção do Império português contra seus inimigos externos (SILVA, 2006, p. 138).

O sertão funcionou como uma saída para os homens pobres que penetravam as regiões desconhecidas para prear índios ou até mesmo para encontrar uma terra boa para iniciar uma criação. Possibilitou a inserção da população indígena na sociedade dominante e proporcionou uma ebulição cultural. Economicamente falando, foi responsável pela criação de animais cuja carne foi exportada para a Europa ou até mesmo para outras regiões da América portuguesa. O silêncio do IHGP sobre essas regiões tão importantes só revela, a nosso ver, uma preferência pelas regiões litorâneas mais “modernas e civilizadas”, que se aproximam de um ideal de mundo europeu.

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

5. A desconstrução do discurso da pobreza e da dependência.

Por fim, analisemos um tema caro aos historiadores do IHGP: a subordinação da Paraíba a Pernambuco. Tema renegado da historiografia clássica paraibana, entendido como um período em que Pernambuco abusara de sua posição de “responsável” pela capitania vizinha e a empobrecera, absorvendo para si todas as riquezas por ela produzidas. A seguir, tentaremos pôr em evidência os elementos que descontroem os pontos de vista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e, ao mesmo tempo, desbarataremos as leituras efetuadas pelo Instituto *Arqueológico*, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) que defendem a absorção e dominação da Paraíba por Pernambuco.

A historiografia brasileira baseada nas ideias de *ciclos econômicos* tratou de esconder ou esquecer as contribuições econômicas geradas pelos subprodutos ou produtos secundários. Para entendermos o período em questão é necessário utilizarmos o conceito de *polos econômicos*, que é capaz de captar os vários tipos de produtos de um determinado período e região. A partir disto, poderemos perceber que as atividades econômicas no Brasil não se restringiam a apenas um produto, como por muito tempo se insistiu.

Conforme citado anteriormente, a Paraíba, assim como todo o Nordeste, passou por uma grave crise econômica após a expulsão dos holandeses. Entretanto, em nenhum momento esse estado deixou de produzir. Entre o sertão e o litoral mediava o brejo, um oásis de fartura (ALMEIDA, 1997, p. 57). O Celeiro da Paraíba estava no brejo. Produzia e exportava farinha, melão, açúcar, algodão, couro, etc.

O Brejo funcionava com um celeiro para várias regiões. A farinha produzida nessa região salvou muitas pessoas da fome e da estiagem. Exportava-se tanto para outras regiões que, em muitos momentos, faltavam alimentos para seu povo. Nesses momentos de falta, não era Pernambuco que salvava a região, mas sim a Bahia.

Mesmo produzindo tantos produtos, a Paraíba entrou em um declínio econômico fortíssimo, chegando a ser necessária a sua subordinação a Pernambuco em 1755. O período,

que vai do início dessa tutela até o seu fim, em 1799, é caracterizado pela continuidade do empobrecimento da região. Entretanto é importante ressaltar que, mesmo subordinada, a Paraíba exportava diretamente parte de seus produtos para Portugal que os consumia ou reexportava. É bem verdade que essa exportação direta era bastante rara, mas ela não foi inexistente. Mais comum era o envio desses produtos para as praças pernambucanas para que de lá fossem enviadas para a Europa. Algumas famílias do Brejo paraibano possuíam relações de parentesco com famílias politicamente importantes de Pernambuco, isso incidia, de maneira significativa, sobre questões econômicas e sociais (FERNANDES, 2008, p. 33). Nesse sentido, podemos perceber que os interesses das elites pernambucanas estavam ao alcance de seu poder.

Ocione do Nascimento Fernandes (2008) nos apresenta outra perspectiva sobre as relações entre Pernambuco e Paraíba no período em questão. Segundo este autor, havia uma dependência mútua. Os produtores paraibanos preferiam enviar seus produtos à praça doutra capitania para conseguirem uma maior lucratividade. Deixou-se muitas vezes de pagar impostos ao estado subordinado e isso acarretava um esvaziamento dos cofres públicos, aumentando cada vez mais o problema econômico da capitania paraibana.

O que de fato ocorria é que se acreditava que Pernambuco era o ponto extremo das Américas e por isso havia uma preferência pelos seus portos. Devido ao estilo de navegação que optava por partir em comboios a fim de evitar o ataque de corsários e piratas, os navios se agrupavam nos portos pernambucanos para de lá partirem para a Europa. Tudo isso contribuía para o abandono dos portos paraibanos, o que de fato ocorreu.

Apesar de tudo o que foi dito é importante salientar, como bem observa Fernandes (2008), que Pernambuco dependeu das riquezas produzidas no estado subordinado para seu enriquecimento. É possível afirmar, por conseguinte, que economicamente, Pernambuco precisava do envio das mercadorias produzidas nas províncias vizinhas. Nesse sentido, há uma outra noção de dependência econômica (FERNANDES, 2008, p. 44).

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

Se não fosse pelo envio dos produtos à província vizinha, a Paraíba teria um desenvolvimento econômico bastante considerável. As potencialidades do Brejo – produtor de farinha, couro, açúcar, algodão, entre outros – tornariam possível um enriquecimento do estado.

Considerações finais

As produções do IHGP tiveram como preocupação central a construção de uma “paraibaneidade”, calcada pelo heroísmo, pela bravura e pelo patriotismo de seu povo. Sem dúvida, para o início do século XX tais respostas poderiam ser suficientes para a sociedade. Entretanto, sabe-se que o conhecimento histórico precisa ser constantemente reinventado para não cair nas armadilhas do anacronismo nem nos pressupostos positivistas.

Não pretendemos, aqui, desconstruir a imagem do povo paraibano. Muito pelo contrário, por meio deste, como filhos da terra, procuramos evidenciar alguns dos equívocos sobre a história de nosso Estado a fim de promover uma maior reflexão sobre os processos históricos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Horácio. *História da Paraíba (Cap. III do Tomo 2)*. João Pessoa: Universitária, 1978.

AQUINO, Aécio Villar de. *Filipéia, Frederica, Paraíba: os cem primeiros anos da vida social de uma cidade*. João Pessoa: Edições da UFPB, 1988, p. 9-36.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, Ocione do Nascimento. “Dependência mútua: Parahyba do Norte e Pernambuco, além dos “ciclos econômicos””. In: _____. *A Produção e a comercialização de mercadorias no Brejo da Parahybado Norte (1793 - 1883)*. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008, p. 37-54.

FERNANDES, Ocione do Nascimento. "Historiografia e História do Celeiro da Parahyba Norte (1793 - 1883)". In: _____. *A Produção e a comercialização de mercadorias no Brejo da Parahybado Norte (1793 - 1883)*. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008, p. 25-37.

GONÇALVES, R. C. "Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (séculos XVI e XVII)". In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Ricardo Pinto. *Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2007.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. *A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650 – 1730)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MELLO, José Otávio de Arruda. "Consolidação e defesa da terra: as invasões holandesas". In: *História da Paraíba*. João Pessoa: A União, 2007.

OLIVEIRA, Carla Mary S. "Imagens e traçados: a Parahyba dos primeiros séculos". In: _____. *O barroco na Paraíba: arte, religião e conquista*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB/ IESP - Instituto de Educação Superior da Paraíba, 2003.

OLIVEIRA, Elza Regis de. "A capitania da Paraíba antes da anexação". In: _____. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia*. João Pessoa: Universitária, 2007.

REIS, J. C. Anos 1850: "Varnhagem". In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 23-50.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. "André Vidal de Negreiros: a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano". *Saeculum: Revista de História*. João Pessoa, n. 14, jan./jun. 2006.

SUMARIO DAS ARMADAS que si fizerão e guerras que se derão na conquista do Rio Parahiba. Disponível em: http://paraibanos.com/joaopessoa/doc/sumario_das_armadas.pdf. Acesso em 15 de abril de 2017.